

CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL
ATA DA 93ª REUNIÃO

Data: 15 de maio de 2007 (10h00 às 17h00).

Local: Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, em Brasília-DF.

PARTICIPANTES:

- Ministério do Meio Ambiente - SRU: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br);
- Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
- Ministério da Integração Nacional: Paulo Roberto Soares Jr. (paulorsjunior@yahoo.com.br);
- Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@idades.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
- Ministério de Minas e Energia: Christian André Haddad Govastki (christian.govastki@mme.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Espírito Santo e Minas Gerais: ausência;
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Luiz Fernando Carneseca (lcarneseca@sp.gov.br);
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: ausência;
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Sergipe e Piauí: ausência;
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Marcelo Roberto Rocha de Carvalho (mrrcarv@furnas.gov.br);
- Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br);
- Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
- Comitês: Marcus Vinicius Lopes da Silva (cbhmogi@terra.com.br);
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br);
- Organizações Não Governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninon@stitutoipanema.net);
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br).

CONVIDADOS:

- Maria de Fátima de Freitas Rêgo - SEMARH-RN (fatimarego@uol.com.br);
- Wilson A. Bonança - FAESP (wbonanca@srjundiai.com.br);
- Valdemar Araújo - Ministério das Cidades (valdemar.filho@idades.gov.br);
- Luiz Cláudio Figueiredo - SRU/MMA (luiz.figueiredo@cnrh-srh.gov.br);
- João Climaco Filho - Fonasc (climaco@uai.com.br);
- Daniel Martinelli Duarte - SRU/MMA (daniel.duarte@mma.gov.br);
- Roberto Alves Monteiro - SRU/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br);
- Maria Cristina Yuan - IBS (crisyuan@ibs.org.br);
- Luiz Andrade - UFF (labauuff@yahoo.com.br);
- Aureliano Cesar Martins Silva - SRU/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br);
- Aluizio de Araújo Couto Jr. - Elabore Consultoria (aluizio.couto@elabore.com.br).

RELATOR:

- Marco Antônio Amorim - SRU/MMA (marco.amorim@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às dez horas do dia quinze de maio de 2007, no Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRU/MMA, em Brasília-DF, iniciou-se a 93ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRU/MMA), Presidente da CTIL, saudou os presentes, solicitou que os mesmos se

53 apresentassem e declarou abertos os trabalhos. **Item 1 - Informes:** O Sr. Julio Thadeu
54 Kettelhut (SRU/MMA) informou sobre a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente e
55 disse que a Secretaria de Recursos Hídricos - SRH passou a ser a Secretaria de Recursos
56 Hídricos e Ambiente Urbano - SRU composta por três diretorias, a de ambiente urbano, a de
57 revitalização de bacias e a de recursos hídricos. Informou que o Secretário da SRU será o Sr.
58 Luciano Zica e que o Sr. João Bosco Senra assumiria a diretoria de recursos hídricos. A Sra.
59 Ninon Machado (ONG) manifestou a preocupação da sociedade civil com arranjos
60 administrativos realizados sem prévia discussão com outros atores responsáveis pela
61 governança da água. Em adição, lamentou a ausência de representantes da SRH/MMA e da
62 ANA em reunião do CEIVAP que discutiu emendas ao seu regimento interno, e lamentou
63 também a ausência dos representantes do Estado de São Paulo na referida reunião. O Sr.
64 Donizete Tokarski (Consórcios) informou sobre o Seminário de Desenvolvimento Sustentável
65 da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins que seria realizado nos dias 17 e 18 de maio de
66 2007, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Em continuação, lamentou que
67 as recomendações de estruturação do SINGREH contidas no PNRH não estariam sendo
68 internalizadas pelo próprio MMA. O Sr. Gilberto Canali (OTEP) endossou as preocupações
69 da Sra. Ninon Machado (ONG) e do Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) enfatizando que os
70 trabalhos que haviam sido realizados pela SRH/MMA nos últimos anos representariam um
71 novo paradigma para a administração pública. O Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e
72 Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) solicitou a análise das três propostas de Moções
73 direcionadas às reformulações administrativas que teriam prejudicado a gestão de recursos
74 hídricos, tendo obtido o acordo que elas seriam analisadas na próxima reunião da CTIL, ainda
75 a tempo da plenária do CNRH. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRU/MMA) informou que o I
76 Encontro Nacional de Colegiados da Área Ambiental foi transferido para os dias 19, 20 e 21
77 de setembro de 2007. Em continuidade a reunião, e a pedido, o Presidente da CTIL sugeriu
78 que o item 9 da pauta fosse tratado logo após o item 2 e que o item 3 fosse transferido para o
79 período da tarde. Ambas as sugestões de mudança da pauta foram acatadas. **Item 2 -**
80 **Aprovação da ata da 92ª reunião da CTIL:** a ata da 92ª reunião foi aprovada com alterações
81 propostas por: Sra. Ninon Machado (ONG), Sr. Wilson Azevedo Filho (Pescadores e
82 Usuários de Água p/ Lazer e Turismo), Sr. Wilson Bonança (FAESP), Sr. Maurício
83 Vasconcellos (ANA) e Sra. Marina Scalon (MME), a última entregue por escrito. A Sra.
84 Ninon Machado (ONG) manifestou que suas prestações de contas de viagens estavam em dia
85 e que pediria abertura de sindicância ao MMA para identificar os responsáveis pela não
86 emissão das passagens, o que teria provocado a sua ausência na 92ª reunião da CTIL. **Item 9 -**
87 **Análise da Moção CEIVAP nº 003/2006 que solicita ao CNRH análise, aprovação e**
88 **solicitação de alteração de decreto presidencial com a nova delimitação da Região**
89 **Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro:** o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRU/MMA)
90 posicionou que uma bacia hidrográfica tem sua área de abrangência definida fisicamente por
91 divisores de água e que a Lei 9.433/97 prevê a criação de comitês dentro desta delimitação ou
92 conjunto de bacias contíguas. Desta forma, caso haja a inclusão de uma nova área, dever-se-ia
93 atentar para incluir toda bacia na qual a mesma se encontra. O Sr. Maurício Vasconcellos
94 (ANA) apontou que intervenções humanas realizadas através da construção de diques
95 integrariam a Lagoa Feia à bacia do Rio Paraíba do Sul. Em seguida, lembrou que o Decreto
96 nº 1.842/96 de criação do CEIVAP seria o único que institui comitê de bacia sem mencionar a
97 sua localização por coordenadas geográficas, e desta forma, poder-se-ia aproveitar a
98 oportunidade para readequar este decreto. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRU/MMA) apontou
99 a necessidade de esclarecimento se a nova área a ser integrada ao CEIVAP já faz parte
100 fisicamente da bacia do Rio Paraíba do Sul ou se trata de inclusão ao CEIVAP de bacias
101 hidrográficas de águas de domínio estadual ou federal. O Sr. Roberto Monteiro (SRU/MMA)
102 adiantou que a Lagoa Feia constitui uma bacia hidrográfica diferente da bacia do Rio Paraíba
103 do Sul. Foi acordado, como encaminhamento, que a CTIL solicitará à ANA esclarecimento se
104 a porção adicional da região hidrográfica IX definida na Resolução CERHI-RJ nº 18 é
105 fisicamente pertencente a bacia do Rio Paraíba do Sul. Caso afirmativo, seria necessário
106 apenas incluir as coordenadas geográficas do exultório no decreto de instituição do CEIVAP.

107 Caso contrário, poder-se-ia realizar o mesmo tratamento dado ao Comitê PCJ. O Sr. Julio
108 Thadeu Kettelhut (SRU/MMA) alertou, entretanto, que a segunda opção demandaria acordos
109 e entendimentos entre os Estados da bacia, em particular com o Estado do Rio de Janeiro.

110 **Item 4 - Análise da proposta de Resolução que “altera o inciso III do artigo 2º da**
111 **Resolução CNRH nº 10, de 21 de junho de 2000”, encaminhada pela CT de Gestão de**
112 **Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT:** O Sr. Carlos Hugo Suarez (MJustiça) disse
113 que a CTGRHT, na sua 39ª reunião, realizada no dia 10 de maio de 2007, acatou uma das
114 propostas de redação para o *inciso III do artigo 2º da Resolução CNRH nº 10* encaminhada
115 pela CTIL através do Ofício nº 10/2007/CTIL/CNRH/MMA (**Anexo II**). O Sr. Julio Thadeu
116 Kettelhut (SRU/MMA) leu o Ofício nº 14/2007/CTGRHT/CNRH/MMA (**Anexo III**) que
117 define a seguinte proposta de redação para o *inciso III do artigo 2º da Resolução CNRH nº 10*:
118 *propor diretrizes para gestão de recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços*. À proposta
119 de resolução da CTGRHT foram realizadas apenas alterações de forma pertinentes à CTIL,
120 sendo a matéria encaminhada para deliberação superior do Plenário do CNRH na forma do
121 **Anexo IV**, com o parecer favorável desta CTIL. O Sr. João Clímaco (ONG) registrou seu
122 desapontamento com a condução da CTGRHT, que, na opinião dele, não estaria conduzindo
123 as atividades da câmara de forma a emitir posicionamentos com relação a temas importantes,
124 especificamente de apoio a criação do Comitê da Bacia do Rio Uruguai e de
125 encaminhamentos com relação aos empreendimentos hidrelétricos do Rio Madeira. **Item 5 -**
126 **Análise da proposta de Resolução que “estabelece as prioridades para aplicação dos**
127 **recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício de**
128 **2008”, encaminhada pela CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB:** O Sr.
129 Rodrigo Speziali, presidente da CTCOB, primeiramente lembrou que na última plenária do
130 CNRH foi aprovada a Resolução CNRH nº 70, a qual *estabelece os procedimentos, prazos e*
131 *formas para promover a articulação entre o CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica,*
132 *visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso*
133 *da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648/98, com a redação dada pelo*
134 *art. 28 da Lei nº 9.984/00*. Continuou dizendo que, por excepcionalidade, visando adequar a
135 Lei Orçamentária Anual de 2008 e o Plano Pluri-Anual 2008/2011, no dia 04 de abril de
136 2007, a Secretaria Executiva do CNRH deflagrou o processo de consulta aos Conselhos
137 Estaduais de Recursos Hídricos - CERHs e aos Comitês de Bacia Hidrográfica de rios de
138 domínio da União, processo este referido no art. 3º da resolução. Informou que o prazo para o
139 encaminhamento das respostas à consulta foi o dia 30 de abril de 2007 e que a ANA teria até
140 o dia 21 de maio de 2007 para elaborar um relatório específico contendo as ações a serem
141 priorizadas a partir das informações recebidas, o qual seria submetido a apreciação do CNRH.
142 Por fim, o Sr. Rodrigo Speziali manifestou que, de acordo com a Resolução CNRH nº 70, a
143 ANA não mais proporá ao CNRH prioridades de projetos e/ou obras, mas sim, de programas
144 e sub-programas do PNRH. Com isto, continuou, o CNRH passaria a priorizar políticas
145 públicas estabelecidas no PNRH. Visando descentralizar a consulta, atingindo os atores mais
146 presentes as demandas específicas locais, o Sr. João Clímaco (ONG) apontou que dever-se-ia
147 consultar os comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio do Estado ao invés dos CERH.
148 Segundo ele, com consulta somente aos CERHs, algumas regiões não seriam privilegiadas em
149 função de decisões políticas dos CERHs. Como encaminhamento, foi acordado que a ANA
150 deverá apresentar à CTIL, até o dia 25 de maio de 2007, o relatório contendo as ações a serem
151 priorizadas, devendo este apontar os comitês e/ou CERHs que não responderam a consulta,
152 assim como a resposta individualizada de cada um que respondeu. Foi acordado também que
153 a matéria não seria encaminhada ao plenário do CNRH sem apreciação da CTIL. Passando ao
154 **Item 6 - Análise da solicitação de prorrogação do mandato Diretoria Provisória do Comitê**
155 **Piranhas Açu:** o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRU/MMA) convidou a Sra. Maria de Fátima
156 Rêgo, da Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte - SEMARH-RN,
157 para apresentar a matéria. A Sra. Maria de Fátima Rêgo primeiramente informou que
158 SEMARH-RN encaminhou ao CNRH o Ofício nº 230/2007-GS (**Anexo V**) com duas
159 solicitações, a primeira para alteração dos nomes da Diretoria Provisória do Comitê Piranhas-
160 Açu e a segunda para a prorrogação do mandato da Diretoria Provisória. Continuou

161 informando que a primeira solicitação já havia sido atendida, e assim, passou a apresentação
162 (**Anexo VI**) com a exposição de motivos que levaram a solicitação da prorrogação de
163 mandato da Diretoria Provisória. Na sua apresentação, a Sra. Maria de Fátima Rêgo abordou a
164 caracterização da bacia, o sistema de reservação, a oferta e os usos da água, e o histórico do
165 processo de criação do comitê até a nomeação da Diretoria Provisória. Informou que a
166 Diretoria Provisória esperou o processo de transição do governo estadual para alavancar a
167 instalação do comitê e que esta transição foi realizada somente em março de 2007 quando foi
168 nomeado o novo Secretário de Recursos Hídricos do Estado. Como providências imediatas, o
169 novo Secretário solicitou a alteração dos nomes da Diretoria Provisória do Comitê Piranhas-
170 Açú e a prorrogação do mandato desta diretoria. O Sr. João Clímaco (ONG) disse que estaria
171 tentando contato com antigo Secretário da SEMARH-RN, Sr. Josemá Azevedo, mas que não
172 estaria tendo êxito. Acrescentou que o Sr. Josemá Azevedo teria assumido compromisso de
173 garantir a participação das organizações civis e dos movimentos sociais no processo de
174 implementação do Comitê Piranhas-Açú. Queria que a CTIL condicionasse a prorrogação do
175 mandato da Diretoria Provisória ao cumprimento deste acordo, o que não foi acatado. Sugeriu
176 então que na Diretoria Provisória figurasse representantes das organizações civis e
177 movimentos sociais. Por fim, disse que poderia entrar em contato com o Banco Mundial para
178 informá-lo de que o Estado do Rio Grande do Norte não estaria cumprindo acordo assumido
179 com as organizações civis e os movimentos sociais. A Sra. Maria de Fátima Rêgo
180 primeiramente apontou que o acordo mencionado pelo Sr. João Clímaco (ONG) não deveria
181 se referir ao processo de criação do Comitê Piranhas-Açú, instituído em novembro de 2006.
182 Posteriormente, esclareceu o Sr. João Clímaco (ONG) de que o Estado do Rio Grande do
183 Norte criou um Grupo de Trabalho - GT que conduziu o processo de mobilização de criação
184 do comitê e que os membros do GT foram escolhidos em audiência pública que contou com
185 participação de diversas instituições com atuação na bacia. Informou que para o processo de
186 instalação do comitê deverá ser criado um grupo de apoio à Diretoria Provisória com
187 participação dos três segmentos, poder público, usuários e sociedade civil, com proposta de
188 representação paritária. Por fim, disse que haveria uma oficina para definição de participações
189 neste grupo de apoio e convidou que as entidades que o Sr. João Clímaco (ONG) representa
190 participassem do processo de escolha dos membros deste grupo de apoio. A Sra. Maria Luiza
191 Werneck (Indústria) questionou por que a Diretoria Provisória era nomeada através de
192 Portaria da Ministra Marina Silva como Presidente do CNRH, sendo informada por
193 representantes da Secretaria Executiva de que este procedimento havia sido adotado em todas
194 as nomeações de Diretoria Provisória. Findos os debates, passou-se então à formulação da
195 proposta de resolução (**Anexo VII**), sendo a mesma encaminhada para deliberação superior
196 do Plenário do CNRH, com o parecer favorável desta CTIL. **Item 7 - Análise da proposta de**
197 **Moção que “recomenda a integração dos Comitês de Bacia Hidrográfica com os Comitês**
198 **Gestores de Parques Aquícolas”:** O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRU/MMA) resgatou o
199 histórico de tramitação desta moção nas câmaras técnicas do CNRH e informou que o Sr.
200 Marcelo Sampaio (SEAP) o contactou para apontar sua concordância com as modificações
201 realizadas pela Sra. Patrícia Boson (Indústria). Sem inscrição para debates, passou-se então à
202 proposta de moção apresentada (**Anexo VIII**), ficando a sua forma final, após modificações
203 pertinentes à CTIL, conforme **Anexo IX**. Foi solicitado o encaminhamento dessa proposta de
204 Moção para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer favorável desta CTIL.
205 **Item 8 - Análise da possibilidade de manifestação do CNRH sobre a Resolução CONAMA**
206 **nº 302, encaminhada pelo Conselheiro João Clímaco:** o Sr. João Clímaco (ONG)
207 manifestou que seria comum no País a limitação do uso múltiplo da água em lagos artificiais
208 onde a propriedade privada estaria impedindo o acesso público ao espelho d'água. Para ele, a
209 Resolução CONAMA nº 302 não teria apaziguado os interesses da indústria imobiliária na
210 áreas próximas a estes lagos, e desta forma, solicitou manifestação do CNRH quanto a
211 pertinência da Resolução CONAMA nº 302 com o objetivo de garantir o amplo acesso ao
212 lago. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRU/MMA) esclareceu que a legislação ambiental seria
213 de competência do CONAMA e que o Sr. João Clímaco (ONG) deveria levar sua
214 preocupação para aquele Conselho e/ou reanalisar seu pleito dentro das competências do

215 CNRH. Para o Sr. Roberto Monteiro (SRU/MMA), a Resolução CONAMA nº 302 estaria
216 sendo aplicada a contento. Como não estava nítida a preocupação do Sr. João Clímaco (ONG)
217 quanto a “consulta o Exmo.sr. secretário Joao Bosco Senra e o Senhor coordenador da ctil
218 sobre a atualidade dessa resolução 302 do conama e sua vigência e sobre a possibilidade de
219 manifestação do egrégio cnrh sobre a mesma, tendo em vista a garantia do uso múltiplo das
220 águas frente aos enxerisses da especulação imobiliária nos lagos artificiais derivados de
221 empreendimentos de barragens e similares”, foi sugerido ao mesmo que elaborasse uma
222 minuta de moção ou de resolução com a sua proposta de regulamentação. O Sr. João Clímaco
223 (ONG) acatou a sugestão e solicitou apoio na elaboração ao Sr. Gilberto Canali (OTEP) que
224 participou do processo de formulação da Resolução CONAMA nº 302. A reunião foi
225 interrompida às 13h00 para almoço, sendo retomada às 15h00 com a apresentação do **Item 3**
226 **- Apresentação e debates para a análise do tema da representatividade nos processos**
227 **eletivos para o CNRH:** o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRU/MMA) convidou o Sr. Luiz
228 Antônio Andrade, professor da Universidade Federal Fluminense, para discorrer sobre o item
229 3 da pauta. O Sr. Luiz Antônio Andrade agradeceu o convite e realizou uma apresentação
230 intitulada “Redes Sociais e Representação Política” (**Anexo X**) onde primeiramente abordou
231 as propriedades gerais das redes, o conceito de redes sociais, o que seria o ser humano e sua
232 linguagem. Para ele, toda construção humana se daria pela linguagem que seria uma
233 coordenação de coordenação condutual consensual. Destacou a importância da aceitação do
234 outro na convivência, pois sem isto, não haveria fenômeno social. Posteriormente, abordou o
235 conceito de democracia e os seus pilares. Apontou que a democracia pressupõe a existência de
236 uma comunidade política que se caracteriza pelo igual direito de todos a participar do poder e
237 das decisões concernentes à vida coletiva, enquanto bem público. Acrescentou que a plena
238 circulação das informações é um pilar ou uma condição *sine qua non* da democracia porque,
239 numa democracia, o poder concerne às decisões coletivas relativas à coisa pública. Concluiu
240 que, com a democracia, tenta-se produzir uma convivência para construção de um projeto
241 comum baseado na aceitação da alteridade e da legitimidade do outro, ainda que na presença
242 de conflitos. Na sequência da sua apresentação, o Sr. Luiz Antônio Andrade passou a abordar
243 o tema da representação política abordando três diferentes concepções, a medieval, a liberal
244 conservadora e a liberal progressista. Na concepção medieval o representante seria aquele que
245 estaria no lugar do poder e não do representado. Na concepção liberal conservadora o
246 representante não seria representante de representados que o escolheram para esta ou aquela
247 função, mas sim, aquele indivíduo que se apresenta para a sociedade como detentor da razão,
248 da verdade, da generalidade da vontade, do interesse geral e do bem comum. Por sua vez, na
249 concepção liberal progressista o representante seria aquele escolhido pelos seus representados
250 para agir por eles e falar por eles, havendo uma delegação de poderes que legitima o
251 representante à sua qualidade de representante. Em continuação, apresentou as formas de
252 representação clientelista, populista e vanguardista. Respondendo ao questionamento do Sr.
253 Julio Thadeu Kettelhut (SRU/MMA) do que seria mais interessante, se escapar das formas
254 clientelista, populista e vanguardista da representação ou mesclá-las, o Sr. Luiz Antônio
255 Andrade manifestou a necessidade de abrir os espaços de discussão, divulgar o máximo as
256 discussões e trazer pessoas para as discussões, de forma a facilitar o contato e a abertura de
257 diálogo. O Sr. João Clímaco (ONG) indagou o palestrante quais seriam os instrumentos para
258 a construção da ética ou se a ética não seria alcançada dado a sua subjetividade. O Sr. Luiz
259 Antônio Andrade apontou que a democracia seria uma obra de arte inacabada, de construção
260 contínua, sendo um processo e que esta obra nunca poderia ser acabada sob o risco de serem
261 encerradas as reflexões. Acrescentou que a ética seria mais emocional que racional, seria a
262 preocupação de como os atos atingem outros seres humanos, seria o aceitar o outro. Concluiu
263 dizendo que, se todos sentassem em uma mesma mesa e conversassem, já estar-se-ia
264 aceitando a ética. O Sr. Carlos Hugo Suarez (MJustiça) indagou quais seriam os melhores
265 representantes e o Sr. Luiz Antônio Andrade apontou que seriam aqueles que conhecem o
266 problema, seja ele técnico ou político, e que socializam e repassam as informações das
267 discussões para aqueles que ele representa. Acrescentou que a riqueza da rede seria a
268 redundância, e desta forma, nenhuma ONG, classe ou indivíduo pode achar que representa um

269 todo devendo facilitar a vinda e participação do outro. Encerradas as manifestações, o Sr.
270 Julio Thadeu Kettelhut (SRU/MMA) agradeceu a exposição do Sr. Luiz Antônio Andrade e
271 avançou ao **Item 10 - Relato das atividades do GT Água e Florestas**: a Sra. Ninon Machado
272 (ONG), coordenadora do GT, relatou que o grupo trabalhou a proposta de programação da
273 Oficina Integração Água, Floresta e Solo prevista nas atividades do GT, tendo sido sugerida a
274 sua realização nos dias 11 e 12 de setembro de 2007 na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
275 - RBMA, em São Paulo-SP. Continuou informando que foi constituída uma Comissão
276 Organizadora Executiva da Oficina que detalhará a formatação do evento, sendo a comissão
277 composta pela SMA-SP (como coordenadora), RBMA, WWF-Brasil, Ministério da Justiça e
278 Instituto Ipanema. A SMA-SP, através do Sr. Paulo Toledo, circulará uma minuta com a
279 formatação do evento ao GT. **Item 8 - Relato das atividades do GT “Aplicação das diretrizes**
280 **do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos”**: O Sr. Christian Govastki (MME) relatou que
281 atendendo sugestão da Sra. Ninon Machado (ONG), realizada quando da criação do GT, e que
282 por acordo, a coordenação do GT passou a ser exercida pela Sra. Martha Sugai, representando
283 as organizações civis de recursos hídricos (ABRH), em substituição ao Sr. Maurício
284 Vasconcellos (ANA). Continuou informando que o MME entregou ao GT a Nota
285 CONJUR/MME nº 080/2007 com a interpretação do MME do art. 52 da Lei 9.433/97.
286 Acrescentou que a ANA divulgaria, ainda antes da próxima reunião do GT, uma nota de
287 esclarecimento quanto aos entendimentos da ANA aos art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97, a
288 qual estaria em fase final de elaboração. Por fim, disse que o segmento ONG não havia
289 apresentado nenhuma proposta concreta de regulamentação dos referidos artigos. A Sra.
290 Ninon Machado (ONG) manifestou que o encaminhamento da matéria à CTIL foi realizada
291 pela CTPNRH e que a preocupação de avaliar as formas de implementar o artigo 52 da Lei nº
292 9.433/97 consta do sub-programa 5.2 do PNRH. Desta forma, continuou, a partir da Nota
293 CONJUR/MME nº 080/2007 e da nota de esclarecimento da ANA, o GT se dispôs a elaborar
294 um documento visando responder aos questionamentos existentes no texto de autoria da Sra.
295 Martha Sugai (*“A outorga e a utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia*
296 *elétrica e o Plano Nacional de Recursos Hídricos”*) e construir a interpretação técnica e jurídica
297 dos art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº 9.433/97, documento este que seria encaminhado à CTIL com
298 a sugestão de que fosse enviado à CTPNRH como contribuição ao processo de detalhamento
299 do sub-programa 5.2 do PNRH. O Sr. Roberto Monteiro (SRU/MMA) manifestou que a
300 maioria dos participantes do GT teriam o entendimento de que o art. 52, como dispositivo
301 transitório da Lei 9.433/97, cumpriu seu papel e atualmente o MME emite outorga pelo uso
302 do potencial elétrico vinculada a legislação setorial específica, e a ANA ou órgãos estaduais
303 de RH emitem a outorga pelo uso da água em acordo com as diretrizes do PNRH. O Sr. Julio
304 Thadeu Kettelhut (SRU/MMA) solicitou agilidade ao GT para que na próxima reunião da
305 CTIL houvesse um encaminhamento conclusivo da matéria. **Item 9 - Assuntos gerais**: o Sr.
306 Wilson Azevedo Filho (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) recomendou a
307 leitura do livro *“A potencialidade do Semi-árido Brasileiro”*, de Manoel Bonfim Ribeiro. O
308 Sr. João Climaco (ONG) manifestou que o Plenário do CNRH estaria se furtando de pautar
309 temas relacionados ao uso da água que estariam na mídia nacional, citando como exemplo os
310 empreendimentos hidrelétricos no Rio Madeira. Em adição, sugeriu apresentação deste tema
311 no Plenário do CNRH, assim como do Programa de Aceleração do Crescimento e a demanda
312 da sociedade nestas questões. A próxima reunião da CTIL foi agendada para o dia 13 de junho
313 de 2007. Não havendo mais manifestações, às 17h00, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut
314 (SRU/MMA) agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos da 93ª reunião da CTIL.

315 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 316 - Item 2: aprovada a ata da 92ª reunião da CTIL, com modificações;
- 317 - Item 3: foi proferida apresentação sobre o tema da representatividade pelo Sr. Luiz Antônio
318 Andrade, da Universidade Federal Fluminense, seguida de debates;
- 319 - Item 4: após modificações de forma no texto, foi obtido o parecer favorável para
320 encaminhamento da proposta de Resolução que altera o *inciso III do art. 2º da Resolução*
321 *CNRH nº 10* para deliberação superior do Plenário do CNRH;

- 322 - Item 5: o Sr. Rodrigo Speziali, Presidente da CTCOB, informou que a ANA ainda está
323 consolidando as respostas da consulta referente ao art. 3º da Resolução CNRH nº 70. Na
324 próxima reunião da CTIL, a ANA deverá apresentar o relatório específico, contendo as ações
325 a serem priorizadas a partir das informações recebidas;
- 326 - Item 6: A Sra. Maria de Fátima Rêgo expôs os motivos da solicitação da prorrogação de
327 mandato da Diretoria Provisória do Comitê Piranhas-Açu e a CTIL elaborou proposta de
328 resolução com esta solicitação para deliberação superior do Plenário do CNRH;
- 329 - Item 7: após modificações de forma no texto, foi obtido o parecer favorável para
330 encaminhamento da proposta de Moção que *recomenda a integração dos Comitês de Bacia*
331 *Hidrográfica com os Comitês Gestores de Parques Aquícolas* para deliberação superior do
332 Plenário do CNRH;
- 333 - Item 8: o Sr. João Clímaco (ONG) ficou de elaborar e apresentar à CTIL proposta de
334 resolução ou moção referente a sua preocupação quanto a Resolução CONAMA nº 302;
- 335 - Item 9: será solicitada à ANA manifestação se a nova área em estudo fisicamente faz parte
336 da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul ou se trata de incorporação de outras bacias
337 hidrográficas de águas de domínio estadual ou federal;
- 338 - Item 10: o GT “Água e Floresta” está preparando a Oficina Integração Água, Floresta e Solo
339 prevista nas atividades do grupo e constituiu uma Comissão Organizadora Executiva para sua
340 formatação;
- 341 - Item 11: o GT “Aplicação das Diretrizes do PNRH aos Empreendimentos Hidrelétricos”
342 elaborará documento com interpretação técnica e jurídica dos art. 52 e 12, § 2º, da Lei nº
343 9.433/97.

344

345 Ata aprovada na 94ª Reunião da CTIL realizada em 13 de junho de 2007.

346

347

348

Julio Thadeu Silva Kettelhut
Presidente da CTIL

349

350

351

352

Marco Antônio Amorim
Relator

353